

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR LITORAL**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA**  
**INTERDISCIPLINAR**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS FAMÍLIAS:**  
**AVANÇOS E POSSIBILIDADES**

MATINHOS  
2015

**ELISÂNGELA CALDAS VALDERRAMA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS FAMÍLIAS:  
AVANÇOS E POSSIBILIDADES**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social pela perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral como requisito parcial para obtenção do título de especialista.  
Professor Orientador: Giselle Àvila Leal de Meirelles

**MATINHOS**  
2015

# **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS FAMÍLIAS: AVANÇOS E POSSIBILIDADES**

Acadêmica: Elisângela Caldas Valderrama

Orientador: Giselle Ávila Leal de Meirelles

## **RESUMO**

O referido artigo analisa aspectos introdutórios do Programa Bolsa Família, avanços e possibilidades como programa de transferência de renda. Busca também evidenciar os avanços dentro da Política de Assistência Social junto ao Programa Bolsa Família, usufruindo instrumentais de trabalho e gestão para alcançar suas metas. Utilizando de pesquisa bibliográfica documental.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família. Programa de Transferência de Renda. Política de Assistência Social.

## **ABSTRACT**

The article seeks to analyze introductory aspects of the Bolsa Família Program, progress and possibilities as an income transfer program. We used documentary bibliographical research. It also seeks to highlight the advances within the Social Assistance Policy with the Bolsa Família Program requiring instrumental work and management to achieve your goals.

Keywords: Bolsa Familia Program. Income Transfer Program. Social Welfare Policy.

## 1. INTRODUÇÃO

As famílias identificadas com critérios para recebimento do programa de transferência de renda vivenciam alguma situação de Vulnerabilidade Social. Enfrentam, geralmente, situação de desemprego; trabalho precário; informalidade; ausência de moradia; violência urbana; exploração do trabalho infantil; são vítimas de calamidades públicas; vítimas de patologias clínicas etc. No decorrer dos anos, na ausência de políticas públicas eficientes, o fenômeno de vulnerabilidade ganha espaço e atinge um número relevante de famílias brasileiras.

Neste contexto, um dos critérios para inserção no Programa Bolsa Família, por exemplo, é ter renda per capita de R\$ 77,00 a R\$ 154,00, desde que a família seja composta por gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos. Outro critério abrange famílias vulnerabilizadas mesmo que não tenham crianças, jovens e adolescentes, mas tenham uma pessoa em situação de Vulnerabilidade Social. Segue que nestes casos, a família poderá realizar o cadastro único (CadÚnico)<sup>1</sup> para acessar outros benefícios/serviços disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS.

Outras famílias que podem realizar o CadÚnico são os quilombolas, famílias indígenas e moradores de rua, desde que tenham os documentos civis e estejam nos critérios de inclusão no Programa Bolsa Família.

O recebimento do benefício ocorre com depósito direto na conta do beneficiário dentro de um calendário agendado pelo MDS, constando no cartão o algarismo para efetuar o recebimento do saque.

Mas o programa, dentro de seu principal objetivo que é suprir a necessidade alimentar das famílias, desenvolve ações complementares articulando-se com outras Políticas como Saúde, Educação, Assistência Social.

Os novos contornos familiares, onde na maioria das vezes, a mulher é a única provedora do lar e pode integrar uma família extensa, a condiciona para períodos de Vulnerabilidade Social (sem recurso financeiro), passando a usufruir da Política de

---

<sup>1</sup> “O Cadastro Único (CadÚnico), é um instrumento de monitoramento, controle e avaliação de políticas sociais. É um formulário padronizado nacionalmente, que coleta todas as informações de cada família usuária de programas sociais do governo federal destinados à população pobre” (MEIRELLES, 2014, p. 380).

Assistência Social ou de programas de transferência de renda do governo, como o Programa Bolsa Família.

Nosso entendimento de família acompanha a base legal inscrita na Constituição Federal de 1988, art. 226, ou seja: *“a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”*, e no complemento o art. 16 da *Declaração dos Direitos Humanos nas suas entrelinhas traduz a família como sendo núcleo natural fundamental da sociedade, e com direito á proteção da Sociedade e do Estado*.

Para implementar a legislação vigente no país, as discussões já realizadas sobre famílias com realidades de Vulnerabilidade Social resultam no processo de penalização e desproteção. Mas conduzido no âmbito da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) introduz, com destaque, ao Matricialidade Sociofamiliar emergindo um novo resignificar das famílias, colocando em local de centralidade para gerir condições de sustentabilidade para seus membros, bem como emancipação e articulação intersetorial entre as políticas sociais, minimizando os agravamentos da questão social.

## **2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Política de Assistência Social (Resolução nº145. 15/10/2004),foi reconhecida pela Constituição Federal de 1988, e posteriormente, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – tendo sido aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Em 2004, implanta-se a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – que instituí em 2005, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O SUAS tem como objetivo central a consolidação da Assistência Social como política estatal, que por meio deste marco histórico vem estabelecer um sistema interdependente entre os programas, projetos e benefícios que, via de regra, são apoiados em legislações específicas para exercer suas funções dentro do campo da seguridade social brasileira, se constituindo como pilar legislativo para sociedade.

De acordo com a PNAS/SUAS, a Política de Assistência Social deve buscar articulação/integração com as demais políticas como: previdência, saúde e educação que seguidamente formará um amplo sistema de proteção social<sup>2</sup>.

Enquanto procedimento operacional, o Sistema Único Assistência-SUAS, apresenta os eixos da proteção social.

### ***Proteção Social Básica***

Busca prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições no contexto de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A população usuária deste serviço deve estar dentro dos critérios de vulnerabilidades sociais decorrentes a condição de pobreza, ausência de renda, precarização do uso serviço publico e a fragilização dos vínculos afetivos como os relacionais e de pertencimento (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

### ***Proteção Social Especial***

Trabalha com indivíduos na modalidade de atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, devido abandono, maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, como também o uso de substâncias psicoativas no cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil e outras. A execução destes serviços tem espaço próximo ao sistema de garantia de direito, onde via de regra vai tornando gestão complexas no Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos e ações do Executivo.

### ***Proteção Especial de Média Complexidade***

Serviços que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, sendo que os vínculos ainda não foram rompidos. O modo de execução destes serviços dispensa uma atenção especializada e individualizada.

---

<sup>2</sup> CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, Série: Trabalho e projeto profissional nas Políticas Sociais, Brasília , 2009, pg. 4.

Nesta perspectiva, o trabalho da política de assistência social está ancorada no princípio de igualdade para todos e garantia de direitos sociais.

Quanto à gestão, o aporte de abertura é de responsabilidade do Estado e participação efetiva da sociedade civil, a partir da descentralização político-administrativa que responsabiliza os governos e a sociedade local pela gestão da assistência social nos municípios, subdivididos pelo porte: pequeno, médio e grande.

Este posicionamento de gestão é resultado histórico do enraizamento da desigualdade de classes de anos recorrentes. Em períodos anteriores, as ações assistenciais conviviam com a ausência e precariedade de conjuntos de direitos, privatização de serviços públicos e outros interferindo diretamente na relação de Estado e Sociedade<sup>3</sup>.

### **3. BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

No contexto brasileiro, o programa de transferência de renda hoje denominado Bolsa Família, inicialmente, em 1991, se denominará Bolsa Escola, procedente do projeto de lei Nº. 80/1991 apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy. O Bolsa Escola previa que toda a família com crianças entre 5 e 16 anos seriam beneficiárias do programa com a condicionalidade de que as crianças e adolescentes estivesse com frequência escolar ativa.

Para monitoramento e avaliação deste programa, as experiências ocorreram nas cidades de Campinas (SP), Santos (SP) e Brasília(DF)<sup>4</sup>, efetuando a de forma eficaz a implementação políticas públicas nos setor de Seguridade Social.

Outro avanço significativo foi a expansão de programas federais criados no ano de 1996<sup>5</sup>, além do Programa de transferência de renda, a ênfase se detêm a criação do Benefício de Prestação Continuada-BPC e Programa de Irradicação do Trabalho Infantil-PETI<sup>6</sup>, vindo ao encontro as legislações descritas do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que visualizado no âmbito nacional podendo atender tanto a

---

<sup>3</sup> Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 323-344, abr./jun. 2012, Acesso em 29/03/2015 as 22:20.

<sup>4</sup> Avaliando o Bolsa Família, unificação, focalização e impactos. Ed. Cortez, 2010 pg.19.

<sup>5</sup> Ver também em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm), acesso em 30/03/2015 as 00:17.

criança como sua família. A discussão acirrada a propósito de Renda de Cidadania (renda básica) cuja ação é atendimento dos brasileiros em situação vulnerável.

Apenas no ano de 2003, sob o governo de Luis Inácio Lula da Silva/PT, acontece o marco regulatório de enfrentamento a pobreza no Brasil por meio de estratégias do Programa Fome Zero, tendo como carro-chefe o lançamento do Programa Bolsa Família, vinculado ao MDS. Metodologicamente, o Programa Bolsa Família agrega todos os benefícios anteriores, “detalhando na sua unificação a implementação dos municípios brasileiros e do Distrito Federal” (Silva e Silva, 2010, pg. 21).

O Programa Bolsa Família é uma transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. De acordo com o MDS<sup>6</sup>, o Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Seu plano de execução desenvolve na temática complementar de:

- \* transferência direta para atender a questão da alimentação (situação vulnerável)
- \* acesso aos serviços públicos sociais (saúde, educação e assistência social)
- \* matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes (condicionalidade)

Os beneficiários do Programa Bolsa Família são atendidos nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS –, onde o objetivo da política de assistência social é incluir as famílias em diversos projetos e programas, bem como alcançar sua aderência e participação em grupos específicos para atender uma demanda mais direcionada. Há também, o propósito de elaborar um plano de ação para cada família, mediante a identificação de suas vulnerabilidades e potencialidades, traçando metas para emancipação do grupo familiar.

Durante o recebimento do benefício, os usuários participam de oficinas, grupos, palestras, cursos de capacitação profissional, contando com atendimento profissional interdisciplinar na Equipe de Referência do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

---

<sup>6</sup> MDS, <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>, Lei nº 8.742, de 7/12/1993 acesso em 07/04/2015 as 00:44.

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>, Art. 2º da Lei nº 8.742/93 acesso em 07/04/2015 as 00:57.

<sup>7</sup> MDS <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, acesso em 07/04/2015 as 01:06.



O Centro de Referência da Assistência Social- CRAS<sup>8</sup>- é uma unidade pública estatal da Política de Assistência Social. É o equipamento social responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais previstos no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e presta atendimento as famílias, indivíduos e a população de forma geral.

Em nível estrutural, o CRAS é um espaço físico onde funciona um serviço municipal de atendimento psicossocial às famílias vulneráveis em função da pobreza e de outro fatores de risco e exclusão social. Sua base de funcionamento é na comunidade, regiões, bairros, onde há maior concentração de famílias( empobrecidas que se vinculam a uma rede básica de ações assistenciais na mesma base territorial. Adotando critério estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social(PNAS,2004 pg.16) os municípios pequenos 1: com população até 20.000 habitantes, - municípios pequenos 2: com população entre 20.001 a 50.000 habitantes,- municípios médios: com população entre 50.001 a 100.000 habitantes, - - municípios grandes: com população entre 100.001 a 900.000 habitantes, - metrópoles: com população superior a 900.000 habitantes.

Para a realização deste atendimento é necessário um local apropriado, uma estrutura física adequada para o desenvolvimento do trabalho de proteção social básica. Todas as atividades estão voltadas para o trabalho com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. O objetivo fundamental do CRAS é prover serviços sociais básicos às famílias, indivíduos ou grupos, ampliando o acesso de bens e serviços tanto na área rural como urbana, por meio de ações que assegurem acesso à seguridade social e garantam a convivência familiar e comunitária nos mais diferentes níveis populacionais.

Para definir a localização do CRAS, o município adota o conceito de território, entendido como espaços de convivência comunitária que agregam interesses comuns. O requisito primordial é a compreensão tanto da população dos bairros, como também a população das áreas rurais no município de pequeno porte.

---

<sup>8</sup> Ver também em: Cadernos SUAS I PR, Assistência Social, sistema municipal e gestão do CRAS, 2006 p.17-21.

Entretanto em cidades de médio e grande porte, o território abrange regiões mais densas como as ocupações ou favelas.

As características dos territórios, em geral, são bastante homogêneas. Entende-se que o padrão econômico reflete a trajetória de vida de seus moradores como também analisa a estrutura arquitetônica das moradias e das construções existentes, visando interpretar e tipificar a realidade local.

Sobre a rede de serviços, que pode ter seu pólo formador de entidades públicas ou privadas que oferte a integralidade dos serviços socioassistenciais (proteção social básica/proteção social especial), constata-se, que a presença ou ausência de uma rede de atendimento socioassistencial pode denotar maior/menor exclusão de moradores do território, no quesito do fator de *emancipação e direito*.

Desta forma, a realização do diagnóstico local é obrigatória. Os informantes desta ação podem, inclusive, serem as famílias usuárias. Entende-se que as famílias podem contribuir, a partir de seu conhecimento local, indicando novas famílias para os atendimentos do CRAS. Após a realização do diagnóstico selecionam-se os serviços, incluindo aí sempre os serviços do PAIF<sup>9</sup>, que precisam ser executados no Equipamento<sup>10</sup>. Como afirma Fernandes (2006),

Trabalhar família em seu território e rede de pertencimento exige dos profissionais do CRAS papel articulador da rede sociassistencial e as demais redes, com vistas a congregar esforços no atendimento da população local, estimulando a participação popular e constituindo elos necessários para o estabelecimento dos vínculos de pertencimento dos sujeitos à comunidade em que se vivem (FERNANDES, 2006, p.25.)

#### 4. A FAMÍLIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Para atender as famílias no CRAS é necessário promover um espaço de acolhida, bem como utilizar o instrumental denominado *Escuta Qualificada*,<sup>11</sup> articulando-a a intervenção profissional da Equipe de Referência<sup>12</sup>, cujo objetivo está

<sup>9</sup> [http://www.mds.gov.br/search/search?SearchableText=PAIF&search\\_portal\\_type=Folder](http://www.mds.gov.br/search/search?SearchableText=PAIF&search_portal_type=Folder), ACESSO EM 30/03/2015 as 02:42.

<sup>10</sup> Ver também em Política Nacional de Assistência Social, Nov. 2005, pg. 35.

<sup>11</sup> Escuta Qualificada é instrumental operativo de escuta ativa, de trabalho do profissional de serviço social, garantindo a eficácia e eficiência da profissão, construindo ao mesmo tempo indicadores teóricos práticos para intervenção imediata da profissional na realidade. <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAMAAE/instrumentalidade-servico-social>, acesso em 07/04/2015 as 01:57.

<sup>12</sup> Ver também: Suas/PR, Caderno II Trabalho com famílias e instrumento de gestão do Cras, pg.21-26.

fundamentado no fortalecimento do vínculo com o equipamento e desta forma, ampliar sua autonomia pessoal/profissional.

Dados da entrevista<sup>13</sup>, realizado com grupo de mulheres (Março, 2014) afirma que o protagonismo de mulheres de desenvolveu nos últimos dez anos, que teve suporte das políticas públicas tanto no individual, familiar e comunitário. Trazendo o aumentam a autoestima e confiança das mulheres, abrindo oportunidades de sua inserção no mercado de trabalho e acesso a outros espaços.

Na pesquisa (2006 a 2009) por Maria Ozanira da Silva e Silva e Valéria Ferreira Santos de Alamada, na sua publicação: Avaliando o Bolsa Família- Ed. Cortez, constata que os beneficiários do Programa Bolsa Família são, predominantemente, do sexo feminino<sup>14</sup>, visto que o próprio programa direciona a mulher como responsável pela família como também a executora do benefício. A pesquisa apresenta dados satisfatórios no acesso a serviços públicos, elevação no grau de escolaridade de todos os usuários, o que não amplia suas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Diante de um contexto crescente em que as mulheres são provedoras de sua família, a pesquisa citada acima apresenta dados significativos como uma melhor aplicação do recurso do Bolsa Família para uso com seus filhos no setor de alimentação, poder de aquisição para uso da própria família (bens necessários para sobrevivência) que se justifica no ato de proteção para família.

A demanda destas famílias inúmeras vezes se torna um plano de ação repetido, fato esse que vem se justificar diante da ineficiência do cumprimento de critérios estabelecido pela gestão municipal e a falta de fiscalização efetiva por parte do Estado. Além de todo o trabalho realizado a vulnerabilidade social assola o cotidiano de muitas pessoas que requerem junto a sua problemática ações efetivas como consta a CF de 1988 e embasadas em legislações que tem-se anos de aprovação, mas esta população não tem acesso. Por sua vez são personagem de uma história que se faz invisível aos olhos da sociedade e se confortam com benefício a qual são vislumbrados pela parcela mínima que são disponibilizados ao mesmo via MDS, pois a conscientização é de que o Estado/favor está sendo recompensador para com sua situação vulnerável.

---

<sup>13</sup> <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/marco/politicas-sociais-revolucionam-a-vida-das-mulheres-brasileiras> as 02:37 dia 07/04/2015.

<sup>14</sup> Silva e Silva, Avaliando o Bolsa Família, unificação, focalização e impactos. 2010 pg.49 -53.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década o Programa Bolsa Família teve grande impacto em solo brasileiro e sendo reconhecido como triple de superar a miséria, desenvolver a cidadania e promover a inclusão social. O programa foi elogiado pelas Nações Unidas na sua forma de execução simples como manter crianças em salas de aulas, e manter o monitoramento da vacinação, bem como orientar benefícios da saúde de cada família beneficiária do Programa.

O reconhecimento mundial é devido ao número significativo **de famílias atendida, tabela apresentada abaixo (13.980.524 de famílias no Brasil, Janeiro de 2015)**<sup>15</sup>, tornando o maior programa de transferência e renda do mundo, atribuindo como meta que nenhum brasileiro irá viver com menos de R\$ 77,00 mensais e em escala crescente de melhoria de vida do usuário. Cientes que este número expressivo em escala crescente reforça que ainda existe muito trabalho a ser realizado em todo Brasil.

**Bolsa Família - Pagamento em Janeiro/2015**

| Estados             | Famílias         | Valor Total (R\$)     | Valor Médio (R\$) | Estados             | Famílias          | Valor Total (R\$)       | Valor Médio (R\$) |
|---------------------|------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| Distrito Federal    | 86.281           | 12.387.614,00         | 143,57            | Alagoas             | 439.208           | 75.106.551,00           | 171,00            |
| Goiás               | 335.241          | 50.607.625,00         | 150,96            | Bahia               | 1.807.291         | 304.891.965,00          | 168,70            |
| Mato Grosso         | 185.819          | 28.980.223,00         | 155,96            | Ceará               | 1.089.103         | 182.083.648,00          | 167,19            |
| Mato Grosso do Sul  | 144.877          | 23.355.801,00         | 161,21            | Maranhão            | 984.872           | 190.069.750,00          | 192,99            |
| <b>Centro-Oeste</b> | <b>752.218</b>   | <b>115.331.263,00</b> | <b>153,32</b>     | Paraíba             | 524.822           | 93.396.549,00           | 177,96            |
| Acre                | 78.537           | 18.571.422,00         | 236,47            | Pernambuco          | 1.150.331         | 188.218.732,00          | 163,62            |
| Amapá               | 55.549           | 11.052.156,00         | 198,96            | Piauí               | 456.543           | 86.403.068,00           | 189,26            |
| Amazonas            | 358.447          | 73.139.770,00         | 204,05            | Rio Grande do Norte | 362.458           | 60.004.638,00           | 165,55            |
| Pará                | 886.667          | 165.284.673,00        | 186,41            | Sergipe             | 281.041           | 44.600.231,00           | 158,70            |
| Rondônia            | 113.806          | 17.484.220,00         | 153,63            | <b>Nordeste</b>     | <b>7.095.669</b>  | <b>1.224.775.132,00</b> | <b>172,61</b>     |
| Roraima             | 48.228           | 9.079.060,00          | 188,25            | Espírito Santo      | 189.249           | 28.014.607,00           | 148,03            |
| Tocantins           | 138.848          | 24.019.365,00         | 172,99            | Minas Gerais        | 1.139.962         | 177.340.388,00          | 155,57            |
| <b>Norte</b>        | <b>1.680.082</b> | <b>318.630.666,00</b> | <b>189,65</b>     | Rio de Janeiro      | 825.974           | 131.613.144,00          | 159,34            |
| Paraná              | 404.610          | 58.397.841,00         | 144,33            | São Paulo           | 1.322.640         | 200.835.265,00          | 151,84            |
| Rio Grande do Sul   | 432.894          | 66.680.845,00         | 154,04            | <b>Sudeste</b>      | <b>3.477.825</b>  | <b>537.803.404,00</b>   | <b>154,64</b>     |
| Santa Catarina      | 137.226          | 20.975.715,00         | 152,86            |                     |                   |                         |                   |
| <b>Sul</b>          | <b>974.730</b>   | <b>146.054.401,00</b> | <b>149,84</b>     | <b>Brasil</b>       | <b>13.980.524</b> | <b>2.342.594.866,00</b> | <b>167,56</b>     |

<sup>15</sup>[http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/PagamentoBolsaFamilia-estados-JAN2015.png/image\\_view\\_fullscreen](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/PagamentoBolsaFamilia-estados-JAN2015.png/image_view_fullscreen), acesso em 02:42 em 07/04/2015.

Cotidianamente estes dados reforçam que o objetivo central do Programa Bolsa Família passa por uma modificação profunda, seus beneficiários identificam o programa de gestão permanente e não emancipatória, resistindo a intervenções profissionais que são orientados, cujos resultados serão emergidos em outras políticas sociais demandando mais serviços duplicado para a população.

A responsabilização do programa em minimizar a mortalidade infantil, aprovação ascendente de estudantes do Programa Bolsa Família é igual à média nacional e é considerável a diminuição da evasão escolar, seguido de acompanhamento na área da saúde e trabalho (resultados não satisfatórios).

Ainda, para desmistificar o mito que o Programa Bolsa Família impede seus beneficiários de inserção no mercado de trabalho<sup>16</sup>, houve avanço significativamente por parte do sexo masculino, tal ocupação se expande no mercado informal que visto há curto prazo viável e ao longo prazo se torna algo desprotetivo para a família.

Entretanto, o Programa Bolsa Família além avanços alcançados, apresenta lacunas no aspecto do atendimento às famílias tornando deficiente a autonomia dos beneficiários e no que se refere à articulação com outras políticas públicas. Consideramos que estas famílias apresentam falta de informação que as colocam em situações de exposição de suas limitações, havendo necessidade em caráter emergencial de formular novas estratégias para superar estas demandas já existentes pontuando que a responsabilização deve acontecer em todas as esferas do governo de forma esclarecedora e como princípio de cidadania, não se tornando uma moeda de troca entre governo e sociedade civil.

Tendo em vista a dimensão do Programa Bolsa Família, é de extrema urgência que os municípios desenvolvam equipes de gestão para assessorar os profissionais dos Equipamentos Sociais e toda a rede socioassistencial.

- \* estabelecer convênios, para prover serviços entre os Municípios e Estados
- \* participar de licitações para desenvolver projetos e programas
- \* dispor de recursos/fundos para ampliar os serviços ofertados a população
- \* dispor de recursos para capacitação profissional
- \* ter número conforme legislação específica dos Equipamentos (CRAS E CREAS)
- \* Equipe de trabalho conforme estabelecido pela PNAS

---

<sup>16</sup> Silva e Silva, Avaliando o Bolsa Família, unificação, focalização e impactos, 2010 pg.96.

- \* regularização de certidões para participar no que compete de licitações

Portanto, o Programa Bolsa Família em sua amplitude apresenta limites do que se refere à responsabilização das famílias e o plano de trabalho executor do Estado quanto a possibilidade de emancipar estes beneficiários, podendo ter possibilidades de avanços melhores no quesito de desenvolvimento de cidadania, e avanço vantajoso na questão nutricional de alimentação básica para as famílias.

A gestão de avaliações acontecida no Programa Bolsa Família são consideradas um marco histórico na sociedade brasileira, mas levando em consideração que em apenas uma década sua estrutura tem alcançado o esperado segundo o próprio programa, onde a real **proposta governamental é a amplitude do programa**, de aproximadamente 404.610 famílias apenas no Paraná, como consta a tabela abaixo, fator esse que ao realizar um breve comparativo mensal a inclusão de novas famílias no programa, demonstra abertamente o programa necessita de uma nova reformulação agregando ações efetivas como política de emprego, saúde e educação, que atenda a real necessidade familiar e que possa emancipar a família (usando o programa por um curto período), e que as novas famílias possam usufruir deste benefício enquanto estiverem apenas na condição de Vulnerabilidade Social.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA Ana Rojas. Vitale Faller (organizadoras). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. PUC SP Cedepe, Ed.Cortez, 5ª Ed.2008.

ARNS, Flávio. **Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS**, Brasília, 2007.

Censo Suas 2012, Cras, Creas, Centros Pop, Gestão Municipal, Conselhos Estaduais e Unidades de Acolhimento, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretária Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Brasília 2013.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2009.

FERNANDES, Solange. SUAS/PR. **Caderno II, Trabalho com Famílias e Instrumentos de Gestão do Cras**, Curitiba, 2006, p. 25.

**Gestão do Trabalho no Âmbito do Suas**: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial, reimpresso em 2014, Brasília, Dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda, Carvalho Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, esboço de uma interpretação histórico-metodológica, Ed. Celats, SP 19ª Ed.2006.

KAUCHAKIE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Ed. Ibpx, Curitiba, 2007.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Trabalho e “Questão Social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores**. Tese do Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. UFRJ: 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome. **CRAS, A Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços, orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília, Janeiro de 2010.

Orientações Técnicas, Metas de Desenvolvimento dos Cras, período 2010/2011, O Cras que temos o Cras que queremos, Vol. 1.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **Avaliando o Bolsa Família**, unificação, focalização e impactos. Ed, Cortez, Nov.2010.





**Bolsa Família - Pagamento em Janeiro/2015**

| Estados             | Famílias         | Valor Total (R\$)     | Valor Médio (R\$) |
|---------------------|------------------|-----------------------|-------------------|
| Distrito Federal    | 86.281           | 12.387.614,00         | 143,57            |
| Goiás               | 335.241          | 50.607.625,00         | 150,96            |
| Mato Grosso         | 185.819          | 28.980.223,00         | 155,96            |
| Mato Grosso do Sul  | 144.877          | 23.355.801,00         | 161,21            |
| <b>Centro-Oeste</b> | <b>752.218</b>   | <b>115.331.263,00</b> | <b>153,32</b>     |
| Acre                | 78.537           | 18.571.422,00         | 236,47            |
| Amapá               | 55.549           | 11.052.156,00         | 198,96            |
| Amazonas            | 358.447          | 73.139.770,00         | 204,05            |
| Pará                | 886.667          | 165.284.673,00        | 186,41            |
| Rondônia            | 113.806          | 17.484.220,00         | 153,63            |
| Roraima             | 48.228           | 9.079.060,00          | 188,25            |
| Tocantins           | 138.848          | 24.019.365,00         | 172,99            |
| <b>Norte</b>        | <b>1.680.082</b> | <b>318.630.666,00</b> | <b>189,65</b>     |
| Paraná              | 404.610          | 58.397.841,00         | 144,33            |
| Rio Grande do Sul   | 432.894          | 66.680.845,00         | 154,04            |
| Santa Catarina      | 137.226          | 20.975.715,00         | 152,86            |
| <b>Sul</b>          | <b>974.730</b>   | <b>146.054.401,00</b> | <b>149,84</b>     |

| Estados             | Famílias          | Valor Total (R\$)       | Valor Médio (R\$) |
|---------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| Alagoas             | 439.208           | 75.106.551,00           | 171,00            |
| Bahia               | 1.807.291         | 304.891.965,00          | 168,70            |
| Ceará               | 1.089.103         | 182.083.648,00          | 167,19            |
| Maranhão            | 984.872           | 190.069.750,00          | 192,99            |
| Paraíba             | 524.822           | 93.396.549,00           | 177,96            |
| Pernambuco          | 1.150.331         | 188.218.732,00          | 163,62            |
| Piauí               | 456.543           | 86.403.068,00           | 189,26            |
| Rio Grande do Norte | 362.458           | 60.004.638,00           | 165,55            |
| Sergipe             | 281.041           | 44.600.231,00           | 158,70            |
| <b>Nordeste</b>     | <b>7.095.669</b>  | <b>1.224.775.132,00</b> | <b>172,61</b>     |
| Espírito Santo      | 189.249           | 28.014.607,00           | 148,03            |
| Minas Gerais        | 1.139.962         | 177.340.388,00          | 155,57            |
| Rio de Janeiro      | 825.974           | 131.613.144,00          | 159,34            |
| São Paulo           | 1.322.640         | 200.835.265,00          | 151,84            |
| <b>Sudeste</b>      | <b>3.477.825</b>  | <b>537.803.404,00</b>   | <b>154,64</b>     |
| <b>Brasil</b>       | <b>13.980.524</b> | <b>2.342.594.866,00</b> | <b>167,56</b>     |

[http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/PagamentoBolsaFamilia-estados-JAN2015.png/image\\_view\\_fullscreen](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/PagamentoBolsaFamilia-estados-JAN2015.png/image_view_fullscreen) acesso em 07/04/2015 as 02:42.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA Ana Rojas. Vitale Faller (organizadoras). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. PUC SP Cedepe, Ed.Cortez, 5ª Ed.2008.

ARNS, Flávio. **Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS**, Brasília, 2007.

Censo Suas 2012, Cras, Creas, Centros Pop, Gestão Municipal, Conselhos Estaduais e Unidades de Acolhimento, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretária Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Brasília 2013.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2009.

FERNANDES, Solange. SUAS/PR. **Caderno II, Trabalho com Famílias e Instrumentos de Gestão do Cras**, Curitiba, 2006, p. 25.

**Gestão do Trabalho no Âmbito do Suas**: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial, reimpresso em 2014, Brasília, Dez. 2011.

IAMAMOTO, Marilda, Carvalho Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, esboço de uma interpretação histórico-metodológica, Ed. Celats, SP 19ª Ed.2006.

KAUCHAKIE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Ed. Ibpx, Curitiba, 2007.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **Trabalho e “Questão Social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores**. Tese do Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. UFRJ: 2014.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome. **CRAS, A Melhoria da Estrutura Física para o Aprimoramento dos Serviços, orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília, Janeiro de 2010.

Orientações Técnicas, Metas de Desenvolvimento dos Cras, período 2010/2011, O Cras que temos o Cras que queremos, Vol. 1.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **Avaliando o Bolsa Família**, unificação, focalização e impactos. Ed, Cortez, Nov.2010.